

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O fantasma do déficit da Previdência



Prioridades do governo passam longe de medidas de equacionamento que permitam o financiamento da Previdência e a sobrevivência do sistema e a proteção de seus beneficiários no longo prazo

O País gastou R\$ 394,7 bilhões para cobrir o déficit com o pagamento de aposentadorias e pensões em 12 meses até novembro do ano passado, conforme publicou o jornal *Valor*. A cifra representou um aumento de 8% em relação ao período anterior, e só não foi ainda pior em razão das regras mais rígidas para a concessão de novos benefícios, estabelecidas pela reforma da Previdência aprovada em 2019.

Desse total, as aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro So-

cial (INSS) consumiram R\$ 290,3 bilhões, enquanto as de servidores públicos e de militares demandaram R\$ 104,3 bilhões. A diferença é que o INSS contempla 28 milhões de trabalhadores e pensionistas da iniciativa privada, enquanto o regime próprio beneficia pouco mais de 1 milhão de pessoas.

O rombo reflete desigualdades que caracterizam o País há décadas. Proporcionalmente, o déficit gerado pelos servidores públicos e militares sempre foi maior do que o do regime geral, o que se manteve mesmo após a reforma. Graças à proximidade com o então presi-

dente Jair Bolsonaro, as Forças Armadas ainda aproveitaram a tramitação da proposta para assegurar condições especiais por meio de uma reestruturação de carreiras.

Mesmo com falhas, a elevação da idade mínima e a criação de regras mais duras para a aposentadoria nos setores público e privado geraram uma economia potencial de R\$ 800 bilhões para a União em até dez anos. Não foi a reforma definitiva, por óbvio, mas foi o suficiente para adiar o debate sobre uma nova reforma para a segunda metade da próxima década.

Os números mais recentes da Previdência Social, contudo, mostram que essa perspectiva mudou – e rapidamente. A redução nas filas de espera por benefícios ampliou sobremaneira os gastos, e ainda não se sabe se esse resultado é circunstancial ou estrutural. Mas, além da questão pontual das filas, há outros aspectos que deveriam colocar o tema no topo das preocupações de qualquer governo responsável.

O envelhecimento da população é uma realidade, e o trabalho informal continua a ser um desafio para a sustentabilidade da Previdência Social. O regime dos microempreendedores individuais (MEI) está longe de arrecadar o suficiente para bancar os benefícios futuros, enquanto a concessão de aposentadoria rural nem sequer exige contribuição previdenciária mínima.

Somente o valor desembolsado para cobrir o rombo acumulado nos 12 meses encerrados em novembro correspondeu a 3,95% do Produto Interno Bruto (PIB). O governo Lula da Silva, no entanto, não demonstra a menor dispo-

sição em enfrentar esse debate.

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, nem sequer acredita que haja um déficit. Para ele, o número deve ser tratado como um investimento ou ainda como o maior programa social do governo. Sua prioridade, no momento, é reverter as regras para pensão com morte, que limitaram os benefícios a viúvas e viúvos sem dependentes.

Já o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, quer impedir o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para cobrir parcialmente o rombo da Previdência, redirecionando-os para políticas públicas que financiam, inclusive, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), medida que ampliaria ainda mais o déficit se entrasse em vigor.

Se as regalias de várias categorias do serviço público causam revolta, a maior ameaça à sustentabilidade da Previdência Social é a indexação dos benefícios ao salário mínimo. Com a política de aumentos reais transformada em lei, o déficit da Previdência será crescente, ignorando os limites impostos pelo arcabouço fiscal e comprimindo o reduzido espaço das despesas discricionárias, inclusive dos investimentos públicos.

As prioridades do governo, no entanto, não são medidas de equacionamento que permitam o financiamento e a sobrevivência do sistema e a proteção de seus beneficiários no médio e longo prazos – o verdadeiro sentido de qualquer regime de Previdência Social. Assim, contratará um problema silencioso que tomará proporções gigantescas no futuro e que exigirá uma reforma bem mais dura do que poderia ser. ●

A muleta da conta de luz

O ministro de Minas e Energia cogita usar a conta de luz para reduzir o impacto da transição energética, mas o governo deveria reduzir, e não ampliar os subsídios nas tarifas de energia

O emaranhado de subsídios e encargos pendurados na tarifa de energia elétrica produziu tamanha distorção que o consumidor brasileiro é incapaz de identificar, na conta de luz cobrada mensalmente, o quanto representa de fato seu consumo de eletricidade. A mixórdia começou no governo Dilma Rousseff, que decidiu baixar na marra as tarifas. Para remediar os estragos, que, como era previsível, não tardaram a aparecer, deu início em 2015 à prática de repassar as contas de luz o custo de toda a sorte de subsídios concedidos ao setor elétrico.

Ao longo dos anos, o volume dos penduricals levou o consumo de energia a representar apenas pouco mais da metade da tarifa de cada usuário. O resto pode ser colocado na conta do populismo eco-

nômico – como o que fez Dilma reduzir a tarifa de luz por medida provisória ou o que guiou parlamentares no atendimento a lobbies do setor elétrico. Uma vez ou outra, surgem propostas de revisão do nefasto modelo, como a que foi levantada recentemente pelo secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto.

“Temos energia barata e conta de luz cara”, reconheceu o secretário, em entrevista a *O Globo*, ao comentar o encarecimento provocado por um sem-número de subsídios que chega a R\$ 37 bilhões neste ano, o dobro de cinco anos atrás. O secretário não detalhou as linhas gerais da revisão que, segundo ele, será discutida com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Em Davos, na Suíça, onde participou do Fórum Econômico Mundial, o minis-

tro afirmou há poucos dias que o governo estuda reduzir o impacto da transição energética na conta de luz, obviamente recorrendo, de novo, a um modelo de subsídios – ainda que evite chamar a coisa pelo nome. “Não quero chamar de subsídio, eu quero chamar de como nós vamos financiar o impacto que a transição energética terá na conta, de forma tal que nos abra espaço para continuar avançando na transição sem perder vigor na economia”, disse o ministro.

A intenção das autoridades públicas de excluir da tarifa de energia os custos de políticas que caberiam ao governo custear costuma desaparecer sem que uma medida efetiva seja tomada nessa direção. Ao contrário, o que tem sido constatado é que as contas de luz estão cada vez mais infladas por “extras” que atendem a programas sociais, determinados tipos de energia e incentivo a setores específicos.

A criação da tarifa social para facilitar o acesso da população menos favorecida à energia elétrica, por exemplo, é legítima e meritória. Mas deveria ser incluída no Orçamento federal, como despesa discricionária, sujeita ao devido acompanhamento fiscal, não camuflada na conta de luz de contribuintes que já pagam impostos para, entre outras coisas, financiar a criação desse tipo de política social.

Incentivar fontes alternativas de

energia, como a solar, é um passo importante para a descarbonização. Mas subsidiar a instalação de placas fotovoltaicas e a produção solar por empresas e famílias de classe média chega a ser acintoso, pois todos os usuários pagam o que beneficia apenas alguns. A medida, lançada como incentivo inicial à geração solar, vem se estendendo de forma perene, para a alegria dos produtores e importadores dos painéis solares.

Governo e Congresso têm o dever de corrigir o quanto antes os disparates nas contas de luz. As deficiências da política tarifária de energia vêm se agravando e criam uma situação insustentável. Não são apenas os subsídios que oneram a conta de luz. Os consumidores do mercado regulado também arcam sozinho com a energia mais cara produzida pelas usinas de Angra 1 e 2, Itaipu e as várias térmicas contratadas em regime de disponibilidade pelas distribuidoras – custos que ficam para quem não pode migrar para o mercado livre.

De imediato, já seria um avanço adotar a transparência como critério fundamental na definição das fontes de recursos dos subsídios, sua destinação e a lógica econômica que justificou sua adoção. Políticas públicas precisam ser planejadas de forma criteriosa e transparente, não em arroubos populistas que, em geral, terminam em desastre, como ocorreu na inesquecível gestão de Dilma Rousseff. ●